

Governo destina R\$ 150 milhões para estados e municípios reforçarem a segurança, entre outras medidas, enquanto 49 projetos sobre o tema tramitam na Câmara dos Deputados

Executivo e Legislativo reagem a ataques a escolas

BERNARDO ESTILAC

A recente onda de ataques em escolas brasileiras tem provocado reações no cenário político e expõe divergências na forma como diferentes correntes ideológicas tentam encontrar soluções para o problema. Em 27 de março, uma professora de 71 anos morreu em ataque na Zona Oeste de São Paulo, que deixou também outras quatro pessoas feridas. Pouco mais de uma semana depois, uma creche foi invadida em Blumenau (SC) e um homem de 25 anos matou quatro crianças. Casos semelhantes voltaram a acontecer na última segunda-feira, em Manaus e ontem, em Santa Tereza de Goiás (GO), quando agressões a faca deixaram feridos em instituições de ensino. O Executivo e o Legislativo reagem a esse tipo de violência no país. O governo federal anunciou uma série de medidas. Uma das ações que entrou em vigor ontem, é um edital de R\$ 150 milhões destinadas a estados e municípios de fortalecer políticas de segurança nas escolas. E apenas na Câmara dos Deputados foram apresentados 49 projetos de lei entre 27 de março e ontem com esse mesmo propósito. Boa parte prevê policiamento como formas de prevenção aos ataques. Em Minas Gerais, as prefeituras de BH e região metro-

politana se mobilizam para prevenir ataques diante de ameaças constantes pelas redes sociais.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que municípios e estados poderão solicitar reforço de diferentes naturezas para evitar ataques nas instituições de ensino. "Esse edital terá múltiplas possibilidades. Será possível ao município ou estado pleitear equipamento de raio-X. Sim, será possível. O edital é aberto. Cada município, cada estado vai apresentar a sua proposta. Eu quero comprar viaturas para fazer ronda nas escolas: é possível. Eu quero realizar observatório de violência e fazer capacitação nos vigilantes das escolas ou nos porteiros: é possível", afirmou o ministro.

Outra frente da ação do governo federal para evitar novos ataques está relacionada à regulação da circulação de conteúdo relacionado a atentados em escolas em plataformas digitais. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, apenas em 8 e 9 de abril, foram encontrados mais de 500 perfis com apologia a violência em ambiente escolar. Na segunda-feira, Flávio Dino se reuniu com representantes das plataformas Meta, Kwai, Tik Tok, WhatsApp, YouTube, Twitter e Google para debater mecanismos de monitoramento de conteúdo nas redes sociais. Se-



Flávio Dino discute com plataformas digitais como prevenir ataques

gundo o ministro, os sites têm posturas diferentes sobre a colaboração com o governo federal. "Não há liberdade de expressão para quem quer matar crianças", afirmou o ministro após o encontro.

Só no Twitter, o ministério solicitou a exclusão de 270 contas que veiculavam hashtags relacionadas a ataques. A plataforma tem se

mostrado resistente a excluir usuários que publicam conteúdo de violência nas escolas. A postura dos representantes da empresa causou espanto ao governo federal ao defender a permanência de um perfil com foto de assassinos de crianças e afirmar que ele não violava os termos de uso da rede.

Ainda no campo digital, o Mi-

nistério da Justiça e Segurança Pública abriu, em parceria com a SaferNet Brasil, um canal para receber informações de possíveis ataques e publicações suspeitas. O endereço está disponível no site da pasta e todos os conteúdos enviados são mantidos sob sigilo. A ação faz parte da Operação Escola Segura e os dados serão analisados pela equipe do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab), da Diretoria de Operações Integradas e Inteligência (Diopi).

CRIME HEDIONDO

Se o governo federal se mobiliza a partir do Ministério da Justiça e Segurança Pública para criar estratégias contra a onda de ataques a escolas, no Congresso Nacional, explodem propostas relacionadas aos eventos recentes. Na Câmara dos Deputados, os 49 projetos de lei apresentados tem proposições similares. A grande maioria das propostas é de autoria de parlamentares de direita. A proposta mais comum entre estes projetos apresenta a tipificação de invasão e ataques em escolas como crime hediondo com aumento de pena ou agravamento da punição de crimes já existentes relacionados aos crimes recentes. Casos assim reúnem 15 projetos.

Existem oito projetos de lei que preveem a presença de profissionais da segurança pública no entorno ou dentro das escolas. Sete propostas querem que as instituições adotem detectores de metais na entrada e sete determinam que seguradoras ou mesmo professores estejam munidos de armas de fogo em ambiente escolar. Este último é o caso do Projeto de Lei 1.642/202, de autoria da deputada Caroline de Toni (PL/SC), que propõe alteração na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o porte de armas para educadores e vigilantes escolares.

Tres dos projetos foram protocolados por deputados mineiros. Euclydes Pettersen (Republicanos) é autor do PL 1.769/2023, que determina a utilização obrigatória de profissionais de segurança em estabelecimentos públicos e privados de ensino. A Delegada Ione (Avante) propôs o PL 1.715/2023, que altera o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para majorar as penas dos crimes de homicídio e lesão corporal cometidos em ambiente escolar/ou universitário. Já Marcelo Alvaro Antônio (PL) protocolou o PL 1.638/2023, que prevê medidas de prevenção a atentados como intensificação do policiamento ostensivo no perímetro escolar e programas de conscientização de pais e alunos.

Segurança das pessoas é com a PM

MARIANA COSTA

Uma dúvida frequente relativa à segurança nas escolas após a onda de ataques no país é sobre as funções legais da Polícia Militar e da Guarda Municipal. O advogado, professor de Direito Constitucional e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) Antônio Carlos de Freitas Júnior explica que a responsável por garantir a segurança das pessoas é a Polícia Militar. "É o órgão que cuida da segurança ostensiva, da repressão, que protege a vida das pessoas. O policiamento e a segurança das pessoas é uma atribuição dada, pela Constituição, aos estados que se organizam internamente atribuindo isso à Polícia Militar. Já a Polícia Civil é responsável por investigar um crime e ajudar na persecução penal, segundo determina a Constituição Federal.

As Guardas Cívicas metropolitanas ou municipais têm o objetivo de proteger os bens públicos municipais. "É a proteção que o município pode ter para seus prédios, bens, carros, tudo que é de sua propriedade. A proteção do patrimônio público municipal é atribuição delas. Obviamente, as pessoas que estão nesses prédios recebem a proteção da Guarda Municipal em casos de crimes nesses locais, mas isso não exclui o dever constitucional da Polícia Militar", ressalta o especialista.

Na segunda-feira, a Polícia Militar lançou a Operação de Proteção Escolar. O objetivo da ação, de natureza preventiva, é aumentar a segurança nos ambientes escolares. Toda escola do estado deverá receber visitas periódicas de equipes de militares, da chamada Patrulha Escolar. Outro objetivo é ampliar o contato com diretores, professores e alunos sobre a segurança no ambiente escolar, principalmente quando há suspeita de violência.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4